

FINANCIAMENTO DOS ESFORÇOS CLIMÁTICOS DOS POVOS INDÍGENAS POR MEIO DE REDD+ JURISDICIONAL:

Lições emergentes do programa REDD Early Movers em Mato Grosso, Brasil

TEXTO PARA DISCUSSÃO | 10 DE NOVEMBRO DE 2022

RESUMO

Este documento apresenta resultados preliminares de um estudo de caso em andamento sobre o programa REDD Early Movers em Mato Grosso (REM MT), com foco nas estruturas de distribuição de benefícios dos recursos canalizados para os Povos Indígenas no estado. O estudo examina as principais etapas e os fatores facilitadores, incluindo os processos de consentimento livre, prévio e informado (CLPI), as políticas públicas e as estruturas administrativas, para um melhor engajamento dos Povos Indígenas na distribuição de benefícios e no acesso direto a financiamentos do REM MT. A experiência de Mato Grosso traz descobertas e lições que facilitam a promoção do financiamento inclusivo, liderado por Povos Indígenas e comunidades locais, em programas de REDD+ e carbono, com o objetivo de financiar os esforços climáticos cruciais realizados pelos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais.

Este estudo de caso, com conclusão prevista para 2023, está sendo elaborado pela The Nature Conservancy (TNC) em parceria com a Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT) e o Governo de Mato Grosso.

Os Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais com direitos de posse e gestão florestal reconhecidos estão entre os melhores guardiães florestais do mundo; 80% da biodiversidade mundial remanescente encontra-se nas suas terras¹ e, no Brasil, menos de 1% da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) para mitigação e adaptação às mudanças climáticas apoiou diretamente os povos indígenas e os projetos de gestão florestal e posse de terras das comunidades locais.

Nos últimos 30 anos, eles perderam apenas 1% de suas florestas nativas, ao passo que em áreas privadas a perda chegou a 20,6%. A implementação de iniciativas lideradas pelo governo, como programas de REDD+ jurisdicionais, se apresentam como importantes ferramentas para a proteção desses territórios e dos povos que neles vivem, no entanto requerem uma coordenação efetiva entre as políticas nacionais e subnacionais de fiscalização e os mecanismos de financiamento.

A estrutura de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+) criada pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) visa orientar as atividades de uso da terra para reduzir as emissões por desmatamento e degradação florestal, apoiar a gestão sustentável de florestas e conservar e melhorar estoques de carbono

florestal em países em desenvolvimento. Alinhado aos esforços nacionais, o estado de Mato Grosso promulgou seu Sistema Estadual de REDD+ (SisREDD+ MT) em 2013, que trata das salvaguardas ambientais estabelecidas pela Convenção de Cancun. Em 2017, foi aprovada a Política de Mudanças Climáticas de Mato Grosso, definindo os princípios e objetivos do estado e tornando obrigatória a governança participativa para quaisquer iniciativas relacionadas a REDD+. **Esses desenvolvimentos de políticas permitiram o estabelecimento do Programa REDD Early Movers (REM) em nível estadual.**

A iniciativa garantiu para Mato Grosso cerca de € 44 milhões dos governos da Alemanha, por meio do Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW), e do Reino Unido, por meio do Departamento Britânico de Negócios, Energia e Estratégia Industrial (BEIS), a serem desembolsados em quatro anos a partir de 2019. O estado só receberá recursos se mantiver os níveis de desmatamento abaixo do limite de 1.788 km² por ano.² **O REM MT se destaca por ter desenvolvido uma estrutura diferenciada de distribuição de benefícios, com um sub-programa específico voltado para os Povos Indígenas, onde eles ficam no centro das decisões de governança e alocação de recursos.**

O REM MT está alinhado a múltiplas políticas

1. Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (2022). Mudanças climáticas 2022: impactos, adaptação e vulnerabilidade. Contribuição do Grupo de Trabalho II para o Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

2. FUNBIO. REM-MT: descrição do Projeto.

federais, incluindo a Política Nacional de Mudanças Climáticas, a Estratégia REDD+ e a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas. Para apoiar no direcionamento dos investimentos específicos dos povos indígenas, foi acrescentada à governança do Programa um subprograma específico para os povos indígenas, em consonância com a estrutura legislativa, as formas de organização dos Povos Indígenas e o cumprimento da Convenção 169 da OIT, que exige o consentimento livre, prévio e informado (CLPI).³

O subprograma Territórios Indígenas surge de um processo altamente participativo liderado pela FEPOIMT, apoiado pela GIZ (a Agência Alemã de Cooperação Internacional) e pelo Instituto Centro de Vida (ICV) e realizado em consulta a 42 dos 43 Povos Indígenas do estado, o que possibilitou um diálogo sem precedentes entre governo do estado e organizações indígenas além de contribuir significativamente para a consolidação da FEPOIMT como força política no estado.⁴

Um dos diferenciais é que a estrutura de governança deste subprograma é liderada por organizações indígenas. Seu principal órgão deliberativo é a Comissão de Governança do Subprograma Territórios Indígenas. Embora existam vários tipos de organizações no comitê, apenas os representantes indígenas têm direito

a deliberar sobre os assuntos relacionados ao subprograma. Além dos Comitês Técnicos de Governança e Avaliação, ONGs como Instituto Raoni, Associação Terras Indígenas do Xingu (ATIX), ICV e The Nature Conservancy (TNC) atuam como **entidades de apoio** ao programa e às comunidades indígenas.

O desembolso dos recursos do REM ocorrem por meio de chamadas de projetos, no âmbito do subprograma indígena e ocorrem segundo as diretrizes da FEPOIMT. A elegibilidade para os projetos deve se enquadrar em um pelo menos um dos dez temas definidos pelos representantes indígenas: fortalecimento cultural, meio ambiente e sustentabilidade, segurança da terra, segurança alimentar, geração de renda, gestão da terra, infraestrutura, direitos das mulheres, combate e prevenção a incêndios florestais e resposta a COVID-19. Até agora, foram quatro chamadas, focadas em: i) respostas de emergência à covid-19; ii) projetos estruturais (que exigem adesão a pelo menos seis dos temas acima e permitem projetos de maior escala); iii) projetos locais (que requerem adesão a pelo menos dois temas e estão focados em atingir as comunidades e apoiar suas atividades); e iv) criação de brigadas de incêndio. Segundo as partes interessadas, a estrutura responsiva e flexível é essencial para o sucesso do programa.

Principais lições aprendidas com os esforços do REM liderados por indígenas de Mato Grosso

O estudo de caso da participação indígena no Programa REM de Mato Grosso identificou os fatores cruciais de sucesso e as lições que podem ser transferíveis para outros contextos geográficos e partes interessadas que desejam implementar arranjos semelhantes:

	Fatores de sucesso	Contexto estadual
Ambiente favorável	Os direitos dos Povos Indígenas sobre suas terras e gestão de recursos são reconhecidos e efetivamente aplicados	As terras indígenas são protegidas pela legislação nacional e seu uso é exclusivo dos habitantes indígenas.
	Estruturas organizacionais e liderança fortes dos Povos Indígenas	Criação e fortalecimento da FEPOIMT em um processo liderado pelos Povos Indígenas do estado.
	Salvaguardas sociais e ambientais adaptadas ao território.	A legislação de REDD+ de Mato Grosso engloba as salvaguardas de Cancun, e o REM MT desenvolveu indicadores de salvaguarda ambiental para garantir que sejam respeitadas.
	Os processos de consulta aos Povos Indígenas são feitos de acordo com os princípios do CLPI conforme a Convenção 169 da OIT.	O governo de Mato Grosso trabalhou com parceiros estratégicos e técnicos com histórico de envolvimento com Povos Indígenas, como a GIZ e ICV, para garantir que o processo de consulta fosse feito de acordo com os princípios do CLPI.

3. GIZ (2018). *Cooperação técnica para o Programa REDD Early Movers (REM) nos estados do Mato Grosso e Acre, Brasil*.

4. EDF (2021). *Proteção Jurisdicional de Florestas e Povos Indígenas: evidências dos Programas Early Movers REDD do Acre e Mato Grosso*.

	Fatores de sucesso	Contexto estadual
Decisões do programa	Governança robusta e participativa	A governança do REM MT e o quadro institucional do estado são inclusivos e promovem a participação. A governança estadual de REDD+ também inclui organizações indígenas em sua estrutura.
	Inclusão dos Povos Indígenas em todos os níveis de desenvolvimento do programa	Um minucioso processo de consulta aos Povos Indígenas foi realizado como parte da fase de implementação do Subprograma Territórios Indígenas do REM MT, garantindo que as comunidades legitimassem as decisões não apenas por suas lideranças.
	Investimento contínuo no desenvolvimento institucional e capacitação das organizações indígenas e órgãos estaduais responsáveis pelos Povos Indígenas	Uma parte das recompensas de REDD+ foi destinada às agências do estado. Além disso, o Subprograma Territórios Indígenas investe no fortalecimento institucional das organizações indígenas.
	Alocação de financiamento flexível para se adaptar às necessidades emergentes dos Povos Indígenas.	Os Povos Indígenas desempenham um papel central na governança do Subprograma de Territórios Indígenas do REM MT, que permite que recursos sejam rapidamente alocados para tratar de questões emergentes, como incêndios florestais e COVID-19.
	Alocação orçamentária adequada para os custos financeiros e logísticos da contratação de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais.	As atividades financeiras e logísticas receberam, pelo programa, alocação orçamentária suficiente.
	Uma estratégia clara de distribuição de benefícios aloca fundos para os Povos Indígenas de acordo com suas prioridades e com a repartição de fundos pela metodologia de estoque-fluxo de carbono	O Subprograma Terras Indígenas recebe 13% dos recursos destinados ao REM MT (22% do valor destinado a atores não-estatais).

Aumentar o financiamento climático e aumentar o acesso dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais a mecanismos de financiamento é fundamental para cumprir as metas do Acordo de Paris. Ao garantir governança inclusiva e acordos de distribuição de benefícios, os subprogramas do REM MT permitem que os diferentes grupos de interessados se beneficiem dos recursos do programa, particularmente aqueles que tradicionalmente protegem a floresta e que precisam de apoio e incentivo para a produção sustentável na fronteira do desmatamento.

Segundo Helcio Marcelo de Souza, líder da Estratégia IPLC da TNC Brasil, “garantir que mecanismos financeiros inovadores alcancem e sejam efetivamente administrados pelos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais é uma forma de apoiar a implementação de seus planos de gestão e prioridades estabelecidas e assegurar o desmatamento evitado das florestas tropicais”, e o REM MT tem caminhado nessa direção. Um dos projetos aprovados no Edital Estruturante do subprograma Indígena do REM MT (2022) testará a implementação de projetos em terras indígenas por meio do Fundo Podáali, tornando real uma discussão que vem ocorrendo entre Podáali e

FEPOIMT há mais de três anos. Esta abordagem será implementada em 2023 e terá o apoio da TNC.

O Fundo Podáali foi criado em 2019, após quase uma década de planejamento, para apoiar os planos e projetos de vida dos Povos Indígenas, potencializando seus esforços de autodeterminação e promovendo a gestão autônoma de territórios e recursos naturais. Administrado e liderado inteiramente por Povos Indígenas, o Fundo é o primeiro mecanismo de captação e redistribuição de recursos em toda a Amazônia para povos, organizações e comunidades indígenas. “Exemplos como esse podem contribuir para a garantia de direitos sociais, ambientais e territoriais, à medida que apoiem uma participação mais inclusiva em processos decisórios relevantes que afetam diretamente suas vidas, capacitando-os a ganhar mais autonomia na determinação de seus futuros”, explica Hélcio. Apesar de eventuais diferenças no arcabouço jurídico, na capacidade institucional e nos desafios que são próprios de cada contexto, há um grande potencial de aprendizado com a experiência de Mato Grosso por parte de outros atores interessados em desenvolver programas semelhantes em nível estadual e nacional.

COORDENAÇÃO GERAL

Rony Brodsky, Diretora de Finanças Lideradas por Povos Indígenas e Comunidades Locais, The Nature Conservancy

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Hélcio Marcelo de Souza, Líder da Estratégia de Povos Indígenas e Comunidades Locais do Brasil, The Nature Conservancy

Julia Manguiera, Diretora para o Cerrado/Araguaia, The Nature Conservancy

Marina Aragão, Especialista em Finanças Sustentáveis, The Nature Conservancy

SUPERVISÃO

Crizanto Rudzo Tseremey Wá, Presidente, Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Mato Grosso (FEPOIMT)

Marcos Antonio Camargo Ferreira, Coordenador do Subprograma Territórios Indígenas, REM MT, SEMA MT

EQUIPE PRINCIPAL DE REDAÇÃO

Priscilla Santos, Conselheira, Indufor

Julia Manguiera, Diretora para Cerrado / Araguaia, The Nature Conservancy

Hélcio Marcelo de Souza, Líder de Estratégia de Povos Indígenas e Comunidades Locais do Brasil, The Nature Conservancy

Rony Brodsky, Diretora de Finanças Lideradas por Povos Indígenas e Comunidades Locais, The Nature Conservancy

Jeffrey Hatcher, Diretor Geral, Indufor

CONCEPÇÃO

The Nature Conservancy (TNC)

COM SINCEROS AGRADECIMENTOS AO GRUPO DE TRABALHO DO RELATÓRIO, QUE FORNECEU APOIO CRÍTICO, INCLUINDO ORIENTAÇÃO, PERSPECTIVAS, IDEIAS, RECURSOS INFORMATIVOS E REVISÕES DE DOCUMENTO:

FEDERAÇÃO DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO MATO GROSSO (FEPOIMT)

Crizanto Rudzo Tseremey Wá, Presidente

Kaiana Kamaiura, Assessora Institucional

Eliane Xunakalo, Assessora Institucional

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO (SEMA-MT)

Marcos Antonio Camargo Ferreira, Coordenador do Subprograma Territórios Indígenas, REM MT

Ligia Nara Vendramin, Analista de Meio Ambiente, Coordenação Programa REM MT

Maurício Moleiro Phillip, Coordenador de Mudanças Climáticas

FUNDO PODÁALI

Valéria Paye, Diretora Executiva

INSTITUTO CENTRO DE VIDA (ICV)

Alice Thuault, Diretora Executiva

DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR INTERNATIONALE ZUSAMMENARBEIT (GIZ) GMBH

Renata Oliveira Costa, Assessora Técnica, Projeto Cooperação Técnica "REDD Early Movers" - REM

THE NATURE CONSERVANCY

Marina Aragão, Especialista em Finanças Sustentáveis

Eduardo Barnes, Coordenador Regional da Estratégia de Povos Indígenas e Comunidades Locais

Jill Blockhus, Diretora de Políticas e Práticas Climáticas

Andrea Burgess, Diretora Global de Conservação em Parceria com Povos Indígenas e Comunidades Locais

Roberta Cantinho, Especialista em Políticas Públicas e Relações Governamentais para Clima

Rane G. Cortez, Diretora Global de Soluções Climáticas Naturais

Beatriz Machado Granziera, Assessora Internacional de Políticas Climáticas

Karen Oliveira, Diretora de Políticas Públicas e Relações Governamentais do Brasil

Citação sugerida: The Nature Conservancy e Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Mato Grosso (2022). Financiamento dos Esforços Climáticos dos Povos Indígenas por meio de REDD+ Jurisdicional: Lições Emergentes do Programa REDD Early Movers em Mato Grosso, Brasil. Resumo. Texto para Discussão. Brasília.